



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2025.

(Do Senhor ALFREDO GASPAR)

Requer, nos termos regimentais, a realização de Seminário na cidade de Maceió, no estado de Alagoas, com o objetivo de discutir os impactos da PEC 18/2025 no contexto da região Nordeste.

Senhor Presidente:

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Seminário na cidade de Maceió, no estado de Alagoas, com o objetivo de discutir os impactos da PEC 18/2025 no contexto da região Nordeste.

JUSTIFICAÇÃO

A realização de seminário em Maceió/AL, no seio da Comissão Especial da PEC 18/2025, justifica-se pela necessidade de auscultar, a partir do Nordeste, os efeitos concretos de uma reforma constitucional que pretende reordenar competências em segurança pública, constitucionalizar o Susp, reforçar atribuições da Polícia Federal, inserir as Guardas Municipais no rol do art. 144, criar a Polícia Viária Federal, dar assento constitucional ao FNSP e ao Funpen, e instituir corregedorias e ouvidorias autônomas. O Nordeste concentra realidades urbanas e rurais desafiadoras (metrópoles litorâneas, áreas interioranas extensas e eixos rodoviários federais estratégicos), em que mudanças de coordenação federativa e de

nanciamento impactam diretamente a prestação cotidiana da segurança. Ouvir localmente gestores estaduais e municipais, polícias

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257234509200>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alfredo Gaspar





CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE

federal, civil e militar da região, Guardas Municipais, PRF, sistema de justiça e membros da sociedade civil permitirá aferir como essas medidas dialogam com a heterogeneidade regional





CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE

e com as prioridades locais, condição necessária para calibrar normas gerais sem violentar especificidades federativas.

O próprio parecer na CCJC, do nobre relator Deputado Mendonça Filho, evidencia tensões materiais que a Comissão Especial deve enfrentar com rigor técnico. Também se registram preocupações de mérito sobre amplitude das atribuições da PF, a coordenação interfederativa no Susp, e os custos/efeitos da mudança de denominação da PRF. Levar esse debate à capital alagoana dá concretude ao princípio federativo: a Constituição pretende cooperação, não tutela; coordenação, não substituição.

Em termos práticos para o Nordeste, a audiência pública em Maceió deve mirar: fixar com nitidez a coordenação federal no Susp e a governança dos fundos (FNSP/Funpen), com critérios de repartição sensíveis à realidade litorânea, ao semiárido e aos corredores rodoviários que estruturam a região; ajustar a repartição de competências legislativas e administrativas para fortalecer o federalismo cooperativo, evitando tanto tutela central; e lapidar o desenho institucional das Guardas Municipais, presentes no cuidado com escolas, orlas, feiras e equipamentos urbanos, e da PRF no controle de fluxos interestaduais. Ouvir o Nordeste é fundamental para assentar a coordenação que efetivamente dá amparo, a autonomia que responsabiliza e o financiamento que alcança onde a violência se materializa.

Portanto, peço aos nobres pares a aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão em, de setembro de 2025.

Deputado **ALFREDO GASPAR**
UNIÃO/AL

